



Covid atrai para cursos de saúde

Com a pandemia, graduações na área foram as mais procuradas por quem chegou ao ensino superior

» MARIA EDUARDA CARDIM

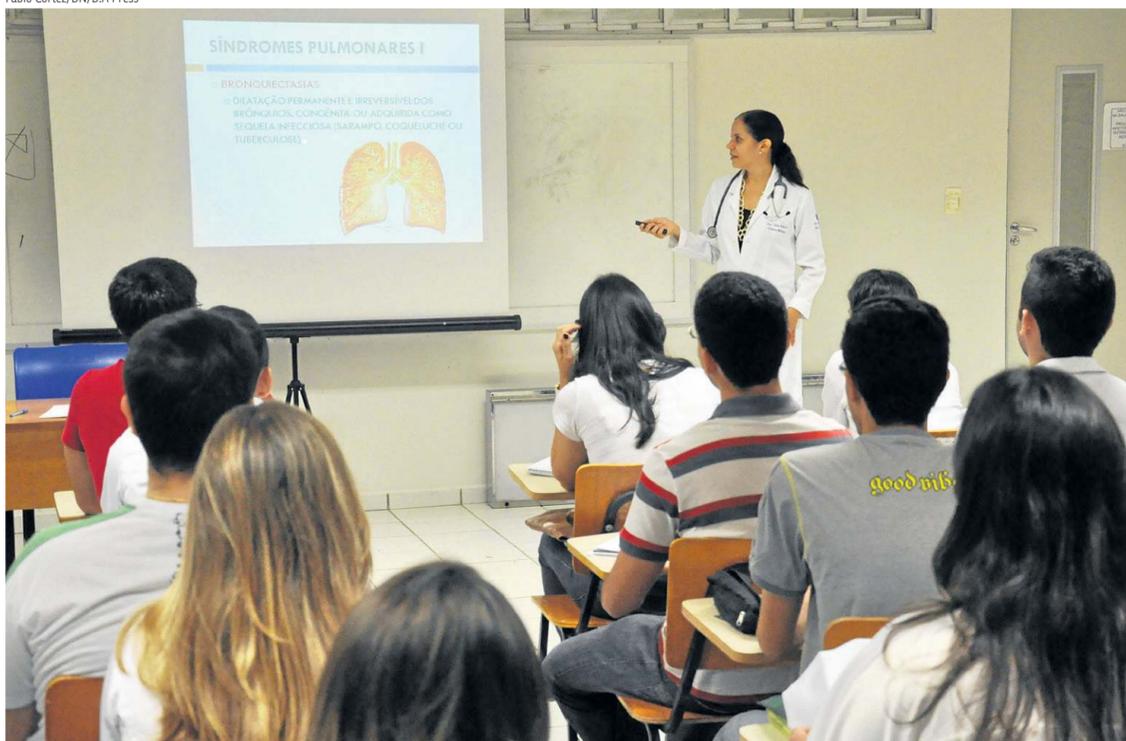
Em 2020, ano em que a pandemia da covid-19 surgiu e chegou ao Brasil, houve um crescimento de matrículas nos cursos da área da saúde, os mais procurados pelos estudantes que chegavam ao ensino superior. Os dados são do levantamento *Observatório do Ensino Superior: Análise dos Microdados do Censo da Educação Superior 2020*, realizado pela empresa de pesquisas educacionais Educa Insights e divulgado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).

De acordo com o levantamento, tanto no ensino presencial quanto no lecionado a distância, as graduações relacionadas à saúde foram os mais procurados pelos estudantes no momento da matrícula. Entre os 10 cursos não presenciais mais procurados em 2020, quatro são ligados à saúde: farmácia, biomedicina, nutrição e enfermagem.

No caso das aulas presenciais, sete dos 10 mais procurados pelos novos universitários são do ramo: psicologia, medicina veterinária, medicina, odontologia, biomedicina, enfermagem e fisioterapia. Para o diretor-presidente da ABMES, Celso Niskier, alguns pontos explicam o crescimento da procura pelos cursos de saúde, algo que já vinha acontecendo, porém a pandemia acelerou essa situação.

“Primeiramente, é uma área que depende de diplomas para contratação, então são profissões bastante reguladas. Em segundo, é uma área que está crescendo em número de contratações. Além disso, tem um ‘efeito exemplo’: muitos jovens

Fábio Cortez/DN/D.A Press



Sete em cada 10 estudantes que entraram no ensino superior, e optaram por aulas presenciais, escolheram cursos da área de saúde

entenderam sua vocação ao ver aqueles profissionais de saúde na linha de frente de combate à pandemia. Muitas despertaram a partir do exemplo daqueles profissionais”, explicou.

Outro ponto de destaque do levantamento é o maior volume do ensino a distância se comparado com o presencial. De acordo com as informações do censo, 53,4% dos



cerca de 3,7 milhões de pessoas que ingressaram em instituições públicas e privadas, no período apurado, escolheram a graduação on-line. Os outros 46,6% optaram pelo curso presencial.

Maior interesse

A preferência pelos cursos a distância vem sendo percebido nos últimos 10 anos. O número

de estudantes que optam pelos cursos presenciais encolheu 13,9% no período, enquanto a entrada nos cursos virtuais aumentou 428,2%. Entre as regiões do Brasil, o Sudeste foi a que teve o maior crescimento de matrículas no ensino a distância em 2020, com 34,16%. Depois vêm Nordeste (27,56%), Centro-Oeste (27,40%), Sul (24,86%) e Norte (19,14%).

Em relação à diminuição de matriculados em cursos presenciais, o Centro-Oeste foi a

que registrou o maior recuo — 15,48%. Mas as demais regiões também apresentaram queda de matriculados na graduação presencial.

“A EAD veio para ficar e é parte da solução. O que temos de fazer é garantir que cresça com qualidade. Acredito que vamos construir um modelo de EAD que seja bom para o país, por causa da flexibilidade, da acessibilidade que proporciona. E que garanta os padrões de qualidade exigidos”, observou Niskier.

SBI divulga cartilha de máscaras, que estão caindo

Apesar do fim da obrigatoriedade do uso de máscaras em diversos estados, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) elaborou um guia orientando sobre quando e por quem a proteção deve continuar sendo usada. Isso porque os infectologistas ainda recomendam que não se abdicue completamente do uso do equipamento.

É o caso de indivíduos sintomáticos ou que estão potencialmente em contato com transmissores — caso dos profissionais de saúde que se expõem ao contato com indivíduos infectados, parentes de pacientes com covid-19 sintomáticos ou pessoas que aparentemente estão gripadas.

A SBI também orienta que a população mais vulnerável à covid-19 grave deve usar máscaras em ambientes com aglomeração de pessoas, em especial os fechados e nos quais seja preciso ficar por muito tempo — como escritórios. Estão inseridos nesse grupo imunossuprimidos, pessoas com mais que 60 anos (em especial com presença de doenças crônicas), gestantes, não vacinados contra a covid-19 ou aqueles que não fecharam o ciclo de imunização contra o coronavírus.

Riscos

Para a população em geral, a SBI recomenda que a máscara ainda seja utilizada em locais

Recomendações para o uso da proteção

QUEM PRECISA?	ONDE COLOCAR?
Pessoas sintomáticas ou que têm contato com transmissores	Todos os lugares
População mais vulnerável à covid-19 grave	Ambientes com aglomeração, especialmente os fechados e onde se passa muito tempo
População em geral	Espaços fechados com aglomeração frequente (como transportes públicos ou agências bancárias no horário de pico)
População em geral	Ambientes abertos com aglomeração (como pontos de ônibus e filas de atendimentos)
População em geral	Nos serviços de saúde, como clínicas, unidades básicas de saúde ou hospitais

com maior risco de transmissão do SARS-CoV-2 — como espaços fechados com aglomeração frequente, que é o caso dos transportes públicos e das agências bancárias, sobretudo no horário de pico. Nessas locais, “onde há maior chance de contato de pessoas com menor distanciamento físico,

recomenda-se a manutenção do uso de máscaras por todas as pessoas”, diz a entidade.

A proteção também é recomendada para ambientes abertos com aglomerações, como pontos de ônibus, filas de atendimentos e eventos esportivos. Nos serviços de saúde, o uso de máscara também é recomendado.



Pacífico/CB/D.A Press

Para a SBI, as máscaras mais eficazes são as dos modelos N95 ou PFF2. Na falta destas, as cirúrgicas ou KN95 são recomendadas. Na última hipótese, proteções de tecido com dupla ou tripla face devem ser utilizadas.

O Ministério da Saúde desobrigou, na última segunda-feira, a utilização de máscaras na

sede e em outras repartições da pasta, em Brasília. A medida vai ao encontro com a legislação do Distrito Federal, que não obriga mais o uso de máscaras em ambientes fechados. Segundo a pasta, fica “facultada a continuidade da utilização do instrumento de proteção individual para aqueles que assim desejarem”. (MEC)

ABASTECIMENTO

Quase 35 milhões não têm acesso a água

Mesmo tendo em seu território 12% da disponibilidade de água doce no mundo, o Brasil continua longe de poder comemorar o Dia Mundial da Água, celebrado ontem. É o que apontam dados da 14ª edição do Ranking do Saneamento, elaborado pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associações. Segundo o levantamento, realizado com os 100 municípios mais populosos, quase 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada. Além disso, cerca de 100 milhões de cidadãos não têm acesso à coleta de esgoto.

Entre as 20 melhores cidades que garantem acesso à água e à coleta de esgoto, predominam cidades do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais. No pódio, estão Santos (SP), em 1º lugar; Uberlândia (MG), em 2º; e São José dos Pinhais (PR), em 3º. Brasília ficou em 15º lugar no ranking do instituto

No extremo oposto, quando se observa os 20 piores municípios, predominam cidades das regiões Norte e Nordeste e do estado do Rio de Janeiro. Os três piores municípios do ranking são Santarém (PA), Porto Velho (RO) e Macapá (AP). Os três são destaques negativos no acesso à água potável, sendo que Porto Velho é o que tem a menor porcentagem da população (32,87%) com acesso ao serviço.

Para a presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto, a edição de 2022 do Ranking do Saneamento alertou para a estagnação dos municípios que sempre estão nas piores posições. “O que assusta é que essas cidades, mais uma vez, são da Região Norte, onde o acesso ao saneamento ainda é mais deficitário do que em outras regiões. Há capitais que estão trabalhando nos últimos anos para saírem dessa posição, mas não é a regra, é a exceção”, lamentou.

Luana também aponta a necessidade de se olhar com atenção para os indicadores de perda de água, que tiveram retrocesso de 2019 para 2020. “Em termos de perda, em 2019 eram 35,66% por ano e, em 2020, foi para 36,22%. Temos grandes desafios a serem superados, que vão desde desafios de perda de faturamento, como os ‘gatos’, até a redução de perdas físicas, como vazamentos”, observou.

Má distribuição

Marussia Whately, diretora do Instituto Água e Saneamento, explica que, apesar de ter grande parte da água doce do planeta, além de importantes reservas subterrâneas, o Brasil não distribui essa água de forma homogênea. “É sempre importante lembrar que é um país de proporções continentais e essa água não é distribuída de forma homogênea no território. Essa é uma das primeiras questões para entender a situação de estresse hídrico e de potencial falta em algumas localidades”, explicou.

Ela lembra que a escassez nem sempre tem a ver só com quantidade, mas com qualidade. “É o caso da Região Metropolitana de São Paulo, que tem uma reserva de água que em grande parte não pode ser usada para o abastecimento porque não tem qualidade. Um dos grandes fatores que ameaçam a água no Brasil é a poluição”, alertou. (MEC com Maria Eduarda Angeli, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)